

Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (Coordenação)
In memoriam Rosa Maria Xavier Gomes Carneiro (Revisão Jurídica)

CURSO DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

- Andréa Rodrigues Amin • Ângela Maria Silveira dos Santos
 - Bianca Mota de Moraes • Cláudia Canto Condack
- Galdino Augusto Coelho Bordallo • Helane Vieira Ramos
 - Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel
 - Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos
 - Patrícia Silveira Tavares

14ª edição

De acordo com as Leis n. 13.798, 13.812, 13.824, 13.840, 13.845, 13.869, de 2019, 14.040 e 14.113, de 2020, e 14.154, 14.191 e 14.254, de 2021

2022



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 3ª andar
Bela Vista – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Fiôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Iris Ferrão
 Marisa Amaro dos Reis

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
 Cintia Aparecida dos Santos
 Carolina Mihoko Massanhi

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão Denise Pisaneschi
 Daniela Georgeto
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Mari Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

C977 Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos / Andréa Rodrigues Amin ... [et al.] ; coordenação de Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 14. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.

1.456 p.

ISBN 978-65-5362-179-4 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito da criança. 3. Direito da Criança e do Adolescente. 4. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. I. Amin, Andréa Rodrigues. II. Santos, Ângela Maria Silveira dos. III. Moraes, Bianca Mota de. IV. Condack, Cláudia Canto. V. Bordallo, Galdino Augusto Coelho. VI. Ramos, Helene Vieira. VII. Maciel, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. VIII. Ramos, Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers. IX. Tavares, Patrícia Silveira. X. Título.

CDD 342.17
 2021-4433 CDU 342.726

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito da criança 342.17
 2. Direito da criança 342.726

Data de fechamento da edição: 14-12-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607265 CAE 791457

Sumário

<i>Autores</i>	5
<i>Agradecimento especial</i>	13
<i>Prefácio à 1ª edição</i>	33
<i>Apresentação</i>	37
<i>Homenagem Póstuma à Dra. Rosa Carneiro</i>	39
<i>Nota à 14ª edição</i>	43
<i>Nota à 13ª edição</i>	47

PARTE I O DIREITO MATERIAL SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL

<i>Evolução histórica do direito da criança e do adolescente</i>	51
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Idade Antiga.....	52
2. Idade Média.....	53
3. O direito brasileiro.....	53
4. O período pós-Constituição de 1988.....	57
<i>Referências</i>	61
<i>Doutrina da proteção integral</i>	62
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Introdução.....	62
2. Documentos internacionais.....	64
3. Da situação irregular à proteção integral.....	68
<i>Referências</i>	71

Princípios orientadores do direito da criança e do adolescente	73
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações iniciais.....	73
2. Princípios e regras	74
3. Os macroprincípios	75
3.1. Princípio da prioridade absoluta	76
3.2. Princípio do interesse superior da criança e do adolescente ou do melhor interesse.....	86
4. Princípio da municipalização.....	91
Referências	93
Dos direitos fundamentais.....	94
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações gerais	94
2. Âmbito de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	95
3. Direito à vida.....	97
4. Direito à saúde	97
4.1. Nascituro e atendimento à gestante	99
4.2. Saúde de crianças e jovens	108
4.3. Atendimento médico a criança e adolescente desacompanhados	115
4.4. Crianças e adolescentes com deficiência	117
4.5. Crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista	118
4.6. Doentes crônicos.....	119
4.7. Direito a acompanhante	121
4.8. Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.....	122
5. Direito à liberdade	122
6. Direito ao respeito e à dignidade.....	126
7. Direito à educação	131
7.1. Igualdade	133
7.2. Acesso e permanência	139
7.3. Níveis e modalidades de ensino	143
7.4. Ensino noturno.....	155
7.5. Educação de jovens e adultos.....	156
7.6. Flexibilização do ensino.....	156
7.7. Regime especial para gestantes.....	157
7.8. Educação das relações étnico-raciais.....	157
7.9. Educação democratizada.....	158

7.10. Financiamento da Educação Básica	159
8. Direito a cultura, esporte e lazer	163
9. Direito à profissionalização e à proteção no trabalho	164
9.1. Aprendizagem	166
9.2. Trabalho rural	167
9.3. Atletas mirins	168
Referências	170
 Direito fundamental à convivência familiar	171
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Origem da família	171
2. Princípios norteadores da família	173
3. Noção atual de família	177
4. Conceituação de convivência familiar e comunitária	184
5. A convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente na situação do art. 98 do ECA	186
Referências	194
 Poder familiar	197
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. A denominação do instituto	197
2. Aspectos pessoais	205
2.1. Dever de registrar o filho e o direito ao estado de filiação	207
2.1.1. Considerações gerais	207
2.1.2. Regularização dos dados parentais na certidão de nascimento do filho	216
2.1.3. O registro civil de criança e de adolescente na hipótese do art. 98 do ECA	220
2.1.4. Do dever ao nome: sanções possíveis	225
2.1.5. Dos dados registrares decorrentes da adoção e o conhecimento da ascendência genética pelo adotado	229
2.1.6. Os vínculos parentais socioafetivos	233
2.2. Dever de guarda e o direito fundamental do filho de ser cuidado	239
2.2.1. Guarda na ruptura da relação afetiva dos pais	243
2.2.1.1. Guarda compartilhada	249
2.2.1.2. Convivência com o não guardião	254
2.2.1.3. Situações delicadas de convivência	258
2.2.1.4. Convivência com a família extensa e afins	265

2.3. Dever de criar e educar o filho e o direito fundamental deste à educação, à profissionalização e à cidadania.....	267
2.4. Dever de sustento e o direito fundamental à assistência material	269
2.5. Dever de assistência imaterial e o direito ao afeto	277
2.5.1. Da devolução do filho adotivo	279
2.6. Dever de proteção à imagem e à privacidade do filho e o direito ao respeito	285
3. Aspectos patrimoniais do poder familiar	292
4. Suspensão do poder familiar.....	293
5. Extinção do poder familiar	296
5.1. Morte	297
5.2. Emancipação.....	298
5.3. Maioridade civil	299
5.4. Adoção.....	299
5.5. Decisão judicial.....	301
6. Perda ou destituição do poder familiar	301
6.1. Castigo imoderado	302
6.2. Abandono	309
6.3. Atos contrários à moral e aos bons costumes.....	310
6.4. Reiteração das faltas	313
6.5. Entrega de forma irregular do filho a terceiros para fins de adoção...	313
6.6. Prática de crimes contra titular do poder familiar.....	314
6.6.1. Crimes de homicídio, feminicídio ou lesão corporal grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.....	314
6.6.2. Estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.....	316
6.7. Prática de crime contra filho, filha ou outro descendente	317
6.7.1. Crimes de homicídio, feminicídio ou lesão corporal grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.....	317
6.7.2. Estupro, estupro de vulnerável ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito a pena de reclusão.....	317
6.8. Perda do poder familiar na lei penal.....	318
7. Restabelecimento do poder familiar.....	320
Referências	323

Regras gerais sobre a colocação em família substituta	328
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	328
2. Modalidades.....	330
Referências	332
Guarda	334
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	334
2. Guarda provisória, definitiva, instrumental e excepcional.....	337
3. Guarda de fato.....	340
4. Guarda como medida protetiva ou estatutária.....	341
5. Guarda em favor da família extensa.....	343
6. Compartilhamento da guarda dos pais com a família substituta	346
7. Guarda subsidiada ou por incentivo: medida de acolhimento familiar.....	348
8. Guarda legal do dirigente da entidade de acolhimento institucional	350
9. Guarda da criança ou do adolescente estrangeiro.....	355
10. Dependência para todos os fins	356
11. Visitação de criança ou de adolescente sob a guarda de terceiros	361
12. Visitação dos filhos sob medida de proteção de acolhimento institucional ou socioeducativa.....	362
13. Apadrinhamento de crianças e adolescentes institucionalizados.....	364
Referências	367
Tutela	369
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	369
2. Tutela testamentária.....	372
3. Tutela legítima.....	373
4. Tutela dativa.....	373
5. Tutela provisória e definitiva.....	374
6. Características controvertidas da tutela.....	375
6.1. Da unipessoalidade	375
6.2. Cabimento de curatela a pessoa menor de idade	377
7. Entrega do filho em tutela	378
8. Obrigações pessoais.....	379
8.1. Guarda do tutelado	381

9. Obrigações patrimoniais	382
10. Tutela como medida protetiva ou estatutária	384
11. Tutela no Código Civil: outras notas	385
12. Causas de cessação da tutela	386
Referências	387
Adoção	389
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	389
2. Histórico	390
2.1. O direito civil constitucional	395
3. Conceito e natureza jurídica	398
4. Legitimidade	399
4.1. Considerações gerais	399
4.2. Impedimento parcial (tutor e curador)	403
4.3. Impedimento total (avós e irmãos)	404
4.4. Adoção por divorciados e ex-companheiros	410
4.5. Adoção por casal homossexual	412
4.6. Adoção de nascituro	422
5. Cadastro e habilitação para adoção	424
6. Requisitos	433
6.1. Idade mínima e estabilidade da família	433
6.2. Diferença de 16 anos	435
6.3. Consentimento	437
6.3.1. Dispensa do consentimento	438
6.3.2. Revogabilidade do consentimento	439
6.4. Concordância do adotando	441
6.5. Reais benefícios para o adotando	443
7. Estágio de convivência	446
8. Efeitos	450
8.1. Efeitos pessoais	450
8.2. Efeitos patrimoniais	455
9. Modalidades	456
9.1. Adoção bilateral	456
9.2. Adoção unilateral	459
9.3. Adoção póstuma	460
9.4. Adoção <i>intuitu personae</i>	461

9.5. Adoção “à brasileira”	468
10. Adoção internacional.....	470
Referências	477
Prevenção.....	480
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Introdução.....	480
2. Prevenção especial.....	486
2.1. Acesso aos espetáculos e diversões públicas	486
2.2. Acesso aos programas de rádio e televisão	491
2.2.1. Entrada e permanência	491
2.2.2. Participação em espetáculos públicos	491
2.3. Exibição de programas pelas emissoras de rádio e de televisão	500
2.4. Venda e locação de fitas de programação em vídeo.....	506
2.5. Revistas e publicações	507
2.6. Estabelecimentos que exploram jogos com apostas	512
2.7. Produtos proibidos.....	513
2.8. Hospedagem	515
2.9. Autorização de viagem	516
2.9.1. Considerações iniciais.....	516
2.9.2. Autorização judicial para viagem nacional	519
2.9.3. Autorização para viagem ao exterior	520
Referências	524

PARTE II A REDE DE ATENDIMENTO

A política de atendimento.....	529
<i>Patricia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	529
2. Uma visão geral da nova política de atendimento	538
2.1. As linhas de ação da política de atendimento	540
2.2. As diretrizes da política de atendimento.....	550
3. Os Fundos dos direitos da criança e do adolescente	556
3.1. Introdução	556
3.2. Definição	557
3.3. Disciplina legal.....	558
3.4. A organização essencial	560

3.5. Nota sobre os denominados “certificados de captação” e as “doações casadas”	572
4. As entidades de atendimento	580
4.1. Aspectos gerais	580
4.2. Registro das entidades e inscrição dos programas	584
4.3. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional ou familiar....	589
4.4. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de atendimento socioeducativo.....	600
4.5. A fiscalização das entidades de atendimento	603
Referências	606
Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente	609
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	609
2. Definição	611
3. Natureza jurídica	612
4. A formação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente	613
4.1. A criação do órgão	613
4.2. A composição paritária	615
4.3. A escolha dos membros	617
4.4. As normas de funcionamento	620
5. As atribuições dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente ...	622
5.1. A deliberação e o controle das ações relacionadas à política de atendimento	623
5.2. A gestão dos Fundos dos direitos da criança e do adolescente	628
5.3. O registro e a inscrição dos programas e a inscrição das entidades de atendimento não governamentais.....	629
5.4. A organização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar	632
6. O controle da atuação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	635
Referências	637
O Conselho Tutelar.....	638
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	638
2. Visão geral.....	640

2.1. Conceito	640
2.2. Características	640
3. A estruturação do Conselho Tutelar	643
3.1. A implantação do órgão	643
3.2. A composição	653
3.3. Os requisitos mínimos para o exercício da função de conselheiro tutelar	662
4. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar	668
4.1. Regra geral	668
4.2. As peculiaridades municipais	670
5. As atribuições e o limite territorial de atuação do Conselho Tutelar	673
5.1. As atribuições do Conselho Tutelar	674
5.2. O limite territorial de atuação do Conselho Tutelar	690
5.3. Os Conselhos Tutelares em tempo de Covid-19	692
6. A fiscalização do Conselho Tutelar	694
6.1. A revisão das decisões do Conselho Tutelar	694
6.2. O controle da atuação dos membros do Conselho Tutelar	695
Referências	701
O Poder Judiciário	703
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. O juiz	703
2. Órgãos auxiliares	705
Ministério Público	710
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	710
2. Instauração de procedimentos administrativos e sindicâncias (art. 201, VI e VII)	713
3. Promover medidas judiciais e extrajudiciais para zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais das crianças e dos adolescentes (art. 201, VIII)	715
4. Inspeção às entidades de atendimento (art. 201, XI)	716
5. Fiscalização da aplicação das verbas do fundo municipal (art. 260, § 4º)..	718
Referências	720
O advogado	721
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	

PARTE III DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Infrações administrativas	727
<i>Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</i>	
1. Conceito de infração administrativa.....	727
2. Princípios gerais das infrações administrativas	731
2.1. Princípio da proteção integral	731
2.2. Princípio da prioridade absoluta	732
2.3. Princípio da legalidade	733
2.4. Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos	735
2.5. Princípio da objetividade	737
2.6. Princípio da independência das sanções administrativas	738
2.7. Princípio da publicidade	739
2.8. Princípio do devido processo legal	740
2.9. Princípio da ampla defesa e contraditório.....	740
3. Das infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente	741
3.1. Breve histórico	741
3.2. A interpretação das infrações administrativas	745
3.3. A multa	746
3.4. Da prescrição	754
4. As infrações administrativas em espécie	756
4.1. Omissão de comunicação de maus-tratos	756
4.2. Impedir o exercício de direitos fundamentais de ampla defesa, contraditório, convivência familiar e escolarização de adolescente privado da liberdade	764
4.3. Divulgação de dados e identificação de criança ou adolescente a que se atribua ato infracional	765
4.4. Guarda para fins de trabalho doméstico	771
4.5. Descumprimento dos deveres decorrentes da autoridade familiar	771
4.6. Hospedagem de criança ou adolescente desacompanhado	797
4.7. Transporte irregular de criança ou adolescente	800
4.8. Proteção dos valores éticos e sociais da pessoa e da família na formação de crianças e adolescentes (arts. 252 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente)	803
4.8.1. Ausência de informação na entrada sobre diversão ou espetáculo público	808

4.8.2. Ausência de indicação dos limites de idade no anúncio de representações ou espetáculos	810
4.8.3. Transmissão, via rádio ou televisão, de espetáculo de forma irregular	815
4.8.4. Exibição de espetáculo de forma irregular	818
4.8.5. Venda ou locação de programação inadequada	822
4.8.6. Comercialização de revistas e periódicos de maneira irregular	823
4.8.7. Entrada e participação irregular de crianças e adolescentes em diversões e espetáculos	829
4.8.7.1. A entrada de criança ou adolescente nos locais de diversão	831
4.8.7.2. Participação de criança ou adolescente em espetáculos públicos	837
4.8.8. Não providenciar a instalação e operacionalização dos cadastros de adoção	841
4.8.9. Deixar de encaminhar imediatamente à autoridade judiciária mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção	842
4.8.10. Venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos	843
Referências	846

PARTE IV A EFETIVIDADE DO ECA: MEDIDAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

As medidas de proteção	853
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	853
1.1. Evolução legislativa	853
1.2. Definição	855
1.3. Hipóteses de aplicação	855
2. As medidas específicas de proteção	857
2.1. Normas gerais	857
2.2. A autoridade competente	860
2.3. As hipóteses elencadas no art. 101 do ECA	863
2.4. Os procedimentos para a aplicação das medidas específicas de proteção	874
Referências	883
As medidas pertinentes aos pais, responsáveis ou outras pessoas encarregadas do cuidado de crianças e adolescentes	884
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	884

2. As medidas previstas nos arts. 129 e 18-B do ECA	888
3. Observações quanto ao procedimento	892
Referência	893
Os princípios constitucionais do processo	894
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	894
2. Devido processo legal	896
3. Igualdade	899
4. Contraditório.....	900
5. Acesso à justiça.....	902
6. Juiz natural.....	906
7. Promotor natural	906
8. Motivação das decisões.....	908
9. Publicidade	908
10. Tempestividade da tutela jurisdicional.....	909
Referências	912
As regras gerais de processo.....	915
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	915
2. Capacidade processual.....	917
3. Curadoria especial	918
4. Gratuidade de justiça.....	923
5. Segredo de justiça	926
6. Competência	928
6.1. Jurisdição. Conceito de competência.....	928
6.2. Critérios determinadores da competência.....	930
6.3. Competência absoluta e competência relativa.....	932
6.4. Critérios específicos de fixação da competência constantes do ECA...	933
6.5. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	941
7. Poder geral de cautela.....	944
8. Princípio da intervenção mínima	950
Referências	950
Ação de suspensão e de destituição do poder familiar.....	953
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	953

2. Competência	955
3. Fase postulatória	960
4. Legitimidade ativa	961
5. Legitimidade passiva.....	965
6. Pedido cumulativo	972
7. Tutelas provisórias correlatas	974
8. Resposta do réu	979
9. Fase instrutória.....	981
10. Fase decisória	985
11. Ação de restituição do poder familiar.....	990
Referências	994
 As regras gerais do procedimento de colocação em família substituta	 997
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	997
2. Fase postulatória	999
3. O consentimento dos pais	1000
4. Pedido formulado diretamente em cartório.....	1003
5. Fase instrutória.....	1003
6. A oitiva da criança e do adolescente.....	1006
7. Fase decisória	1010
Referências	1011
 Ação de guarda.....	 1012
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Competência	1012
2. Fase postulatória	1014
3. Citação ou a concordância dos pais	1017
4. Concessão da guarda provisória e definitiva.....	1019
5. Perda ou revogação da guarda	1019
Referências	1022
 Ação de tutela e procedimentos correlatos	 1023
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	1023
2. A competência considerando a situação do tutelando	1023
3. Fase postulatória	1023

4. Interesse exclusivamente previdenciário	1025
5. Oitiva obrigatória do tutelando.....	1026
6. Pedido de tutela cumulado com a perda do poder familiar	1026
7. Termo de tutela	1027
8. Procedimento de escusa da tutela	1027
9. Prestação de contas e balanço na tutela.....	1028
10. Remoção ou destituição do tutor	1031
Referências	1033
 Procedimento da habilitação para adoção	 1035
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
 Ação de adoção	 1038
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Rito e competência	1038
2. Petição inicial e pedido	1038
3. Citação	1042
4. Oitiva dos pais biológicos	1043
5. Estudo de caso	1044
6. Audiência prévia e de instrução e julgamento	1044
7. Sentença	1044
8. Adoção internacional.....	1045
Referências	1046
 Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento ...	 1048
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	1048
2. Natureza jurídica do procedimento	1049
3. Competência	1053
4. Fase postulatória	1053
5. Legitimados passivos	1057
6. Afastamento provisório do dirigente	1062
7. Resposta escrita	1067
8. Fase instrutória.....	1069
9. Fase decisória	1070
10. Medidas aplicáveis à entidade condenada	1073
Referências	1084

Procedimento das infrações administrativas.....	1086
<i>Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</i>	
1. Natureza jurídica do procedimento	1086
2. Princípios.....	1087
3. Competência	1089
4. Rito processual.....	1090
5. O Ministério Público e a cumulação do pedido para a aplicação da multa em outras ações.....	1096
6. Abuso sexual intrafamiliar e a representação prevista no art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	1101
Referências	1101
Procedimento de portaria e de expedição de alvará.....	1103
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Natureza jurídica e competência para disciplinar por meio de portaria.....	1103
1.1. Introdução	1103
1.2. Conceituação e natureza jurídica da portaria e do alvará	1105
1.3. Portaria do art. 149 do ECA.....	1108
2. Autorização para a participação e a entrada em espetáculos públicos.....	1113
Referências	1115
Ação civil pública.....	1117
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	1117
2. Direitos metaindividuais.....	1119
3. Inquérito civil.....	1123
4. Termo de ajustamento de conduta	1127
5. Ação civil pública	1131
5.1. Introdução e conceito.....	1131
5.2. Legitimidade	1132
5.3. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos.....	1137
5.4. Liminar	1138
5.4.1. Suspensão da liminar pelo presidente do tribunal.....	1143
5.5. Objeto e competência	1145
5.6. Sentença	1149
5.7. Coisa julgada	1155
5.7.1. Introdução.....	1155

5.7.2. Coisa julgada na ação coletiva.....	1158
5.8. Execução.....	1167
6. Processo estrutural.....	1172
Referências.....	1177
Outras ações previstas no Estatuto.....	1182
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	1182
2. Mandado de segurança.....	1186
3. Ação para cumprimento de obrigação de fazer.....	1191
Referências.....	1198
Recursos.....	1200
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	1200
2. Unicidade do sistema.....	1202
2.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	1206
2.2. Legitimidade e interesse para recorrer.....	1209
2.3. Motivação.....	1210
2.4. Forma.....	1210
2.5. Renúncia e desistência.....	1211
3. Preparo.....	1211
4. Tempestividade.....	1214
5. Efeitos.....	1221
5.1. Concessão do efeito suspensivo.....	1225
5.2. Efeitos da apelação nas ações socioeducativas.....	1227
6. Juízo de retratação.....	1229
7. Procedimento no tribunal.....	1235
8. Recurso contra portarias e alvarás.....	1237
Referências.....	1238

PARTE V DA PRÁTICA DO ATO INFRAACIONAL

A prática de ato infracional.....	1243
<i>Bianca Mota de Moraes</i>	
<i>Helane Vieira Ramos</i>	
1. Disposições gerais (arts. 103 a 105 do ECA).....	1243
1.1. Inimputabilidade infantojuvenil.....	1244

1.2. Ato infracional praticado por criança	1255
1.3. Ato infracional e indisciplina escolar	1256
2. Direitos individuais (arts. 106 a 109 do ECA).....	1260
3. Garantias processuais (arts. 110 e 111 do ECA)	1267
4. Apuração do ato infracional (arts. 171 a 190 do ECA).....	1270
4.1. Fase policial.....	1270
4.2. Fase de atuação do Ministério Público.....	1273
4.3. Fase judicial.....	1287
5. Medidas socioeducativas (arts. 112 a 125 do ECA).....	1297
5.1. Disposições gerais	1297
5.1.1. Adolescente em situação de uso ou de dependência de drogas	1303
5.1.2. Adolescente com transtorno mental ou outras enfermidades	1306
5.1.3. Aplicação de medidas socioeducativas ao jovem adulto	1310
5.2. Advertência	1312
5.3. Obrigação de reparar o dano.....	1313
5.4. Prestação de serviços à comunidade.....	1314
5.5. Liberdade assistida	1314
5.6. Semiliberdade	1315
5.7. Internação.....	1318
5.7.1. Internação provisória.....	1320
5.7.2. Internação definitiva.....	1325
5.7.3. Internação-sanção.....	1346
6. Execução das medidas socioeducativas (ECA e Lei n. 12.594/2012 – SINASE)	1347
6.1. Tramitação processual na fase executória.....	1351
6.2. Reavaliação de medida socioeducativa.....	1356
6.3. Não vinculação do juiz ao laudo técnico para a reavaliação das medidas.....	1363
6.4. Revisão de medida aplicada em sede de remissão (art. 128 do ECA)	1365
6.5. Visitas e regime disciplinar	1374
7. Prescrição e extinção	1375
Referências	1386

PARTE VI DOS CRIMES

Dos crimes	1395
<i>Cláudia Canto Condack</i>	
1. Introdução.....	1395

2. Disposições gerais.....	1396
3. Dos crimes em espécie.....	1398
3.1. Omissão do registro de atividades ou do fornecimento da declaração de nascimento.....	1398
3.2. Omissão de identificação do neonato e da parturiente ou de realização de exames necessários.....	1400
3.3. Privação ilegal da liberdade de criança ou adolescente.....	1402
3.4. Omissão da comunicação de apreensão de criança ou adolescente ...	1405
3.5. Submissão de criança ou adolescente a vexame ou constrangimento	1406
3.6. Tortura.....	1408
3.7. Omissão na liberação de criança ou adolescente ilegalmente apreendido.....	1417
3.8. Descumprimento injustificado de prazo legal.....	1418
3.9. Impedimento ou embaraço à ação de autoridades.....	1420
3.10. Subtração de criança ou adolescente.....	1421
3.11. Promessa ou entrega de filho ou pupilo.....	1423
3.12. Tráfico internacional de criança ou adolescente.....	1425
3.13. Utilização de criança ou adolescente em cena pornográfica ou de sexo explícito.....	1427
3.14. Comércio de material pedófilo.....	1431
3.15. Difusão de pedofilia.....	1434
3.16. Posse de material pornográfico.....	1437
3.17. Simulacro de pedofilia.....	1439
3.18. Aliciamento de menores.....	1441
3.19. Norma explicativa.....	1443
3.20. Venda, fornecimento ou entrega de arma, munição ou explosivo.....	1443
3.21. Venda, fornecimento ou entrega de produto causador de dependência física ou psíquica.....	1444
3.22. Venda, fornecimento ou entrega de fogos de estampido ou artifício.....	1447
3.23. Exploração sexual de criança ou adolescente.....	1448
3.24. Corrupção de menores.....	1451
Referências.....	1454